

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs – E DA LEI N.º 9.795/99 NA ESCOLA MUNICIPAL VIOLETA FORMIGA, JOÃO PESSOA – PB

Resultado de Pesquisa

Rossana Farias da Nóbrega¹

Arlide Franco Alves²

Resumo

O uso desenfreado dos bens ambientais gerou desequilíbrios, para contê-los surge a Educação Ambiental, baseada em planos e medidas de prevenção, visando fundamentar um pensamento socioambiental crítico, regulamentada pela Lei 9.795/99, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Lei Municipal 9.864/02, que impõem a transversalidade da EA, de forma integral e contínua em João Pessoa. Observou-se o conhecimento e a efetividade da legislação, incentivos, capacitações e a importância ambiental, em uma amostra de 130 pessoas da Escola Violeta Formiga, resultando na negação das hipóteses preestabelecidas.

Palavras-chave: Lei da PNEA; PCNs; PME de João Pessoa; Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente sofre com a desenfreada exploração dos bens ambientais, baseada no modelo econômico atual, que os dilapida e os despreza, fazendo surgir a necessidade de uma mudança de comportamento, fundada na consciência ambiental crítica, que harmoniza as relações homem–natureza.

Nesse sentido, a interação entre escola e comunidade visa uma educação cidadã. Sendo a Educação Ambiental (EA), grande intermediadora desse processo de educação cidadã, definida como: “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem do uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (MEC, Lei 9795. pdf).

Neste sentido o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de João Pessoa (Lei 9.864/02), impõe em seu 19º objetivo e meta “A educação ambiental, tratada como tema

¹ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, PB. rfarias.adv@hotmail.com

² Prof. Dr. do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, PB. alves@ifpb.edu.br

transversal, será desenvolvida como prática educativa integral, contínua e permanente em conformidade com a Lei Federal n.º 9.795/99” (AZEVEDO, 2003, p.51).

Por esse motivo, a presente pesquisa objetiva uma breve análise sobre a aplicação da EA como tema transversal na Escola Municipal de Ensino Fundamental Violeta Formiga, trabalhando com o viés das seguintes hipóteses: *i) Há aplicação efetiva da inter, trans e/ou multidisciplinaridade da Educação Ambiental?, ii) Os docentes conhecem sobre a legislação de EA e os PCN: Meio Ambiente e Saúde?, iii) Há incentivos e capacitações sobre a temática ambiental existindo, assim, a dispersão da mesma?*

METODOLOGIA

A metodologia empregada foi a pesquisa social, pois “melhora a compreensão de ordem, de grupos, de instituições e éticas” (MARCONI, 2002, p.21) buscando respostas em determinado grupo social.

Enfim, como instrumentos de coleta de dados foram utilizados dois questionários, destinados a docentes e discentes, com 11 e 10 questões, respectivamente, aplicadas em um universo amostral de 14 professores e 116 estudantes dos 4º e do 6º anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados tem “como objetivo organizar, resumir, os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. (GIL, 2006, p.168).

Caracterização dos docentes: 79% são do sexo feminino, 21% masculino; 43% com idades entre 36 e 49 anos, 29% entre 18 e 24 anos, 14% entre 25 e 35 anos e 14% entre 50 e 60 anos. Desses, 65% são Polivalentes, 7% são professores de Educação Física, 7% de Educação Artística, 7% de História, 7% de Matemática e 7% de Português.

Apenas 57% conhecem sobre a Lei nº 9.795/99 (PNEA), e 43% desconhecem. 57% não conhecem Lei nº 9.864/02 (PME) do Município de João Pessoa, enquanto 43% afirmam conhecer o Plano. Quanto ao PCN: Meio Ambiente e Saúde, 79% conhecem, e 21% afirmam desconhecê-lo. Da utilização do PCN, 58% utilizam às vezes, 21% usam sempre, e 21% nunca usam. Entretanto, 79% informam que o emprega em conjunto com o conteúdo disciplinar e 21% assegura que não utiliza a EA.

A frequência da abordagem da EA é de 50% para o uso esporádico (às vezes), 29% uso contínuo (sempre utilizam) e 21% para o desuso (nunca a utilizam) do material em sala. Já 71% afirmam frequentar capacitações da gestão sobre meio ambiente e 29% nunca participaram.

Enquanto aos incentivos a planos, a projetos e a programas de EA, metade dos entrevistados afirma haver incentivo, 21% asseguram que nunca houve e 29% não responderam.

Entre os estudantes 60% são do sexo masculino e 40% feminino. Estando 61% com idade entre 11 e 14 anos, 31% entre 7 e 10 anos e 8% entre 15 e 18 anos. Cursando 52% o 4º ano e 48% o 6º ano do Ensino Fundamental. Destes 96% tiveram aulas sobre meio ambiente e 4% nunca tiveram.

Responderam, ainda, que dos docentes que trabalharam temáticas ambientais: 51% são polivalentes, 43% de Ciências, 2% de História e 1% de Português e Matemática. Assim, 97% dos alunos afirmam serem importantes as temáticas ambientais e 3% acreditam que não.

Para 22% dos estudantes meio ambiente é poluição, 17% lixo, 14% água, 13% solo, 1% economia ou ética e 32% afirmaram que são todas as respostas anteriores. Destes, 83% afirmaram, às vezes, falar sobre meio ambiente no âmbito escolar, 12% falam todos os dias e 5% afirmam que não há aplicação cotidiana.

Sobre a socialização dos conhecimentos, 80% dos alunos repassam o que aprendem sobre meio ambiente para amigos e familiares e 20% não repassam, fazendo-nos concluir sobre a quebra da continuidade e baixa qualidade da EA, contrariando o disposto legal vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EA é fundamentalmente importante para a criticidade humana e o equilíbrio ambiental das presentes e futuras gerações. Contudo, caracterizou-se a inexistência da inter, trans e/ou multidisciplinaridade, especialmente nas disciplinas exatas, afirmando um baixo nível de conhecimento e de aplicabilidade da EA.

Igualmente, não há capacitações e incentivos freqüentes para planos, projetos e programas ambientais nas escolas municipais de ensino fundamental em João Pessoa, mesmo tendo sido demonstrada a importância da disseminação da EA para toda a comunidade.

Finalmente, confirmou-se a baixa qualidade da EA aplicada no Município de João Pessoa-PB, constatando-se a ineficácia dos caminhos metodológicos atuais, sem que ocorra a formação crítica, ética, política, cultural e econômica dos agentes sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.795. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf> <acesso dia 11/11/16 às 15:53h>.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Plano Municipal de Educação**. Janeiro, 2003

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.